



Às nove horas do dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; ausência justificada do Conselheiro **SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para composição de quorum, nos termos da alínea "b", inciso 3 do Artigo 72 do RI/TCM/PA. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado o Auditor Sérgio Dantas e o Auditor Alexandre Cunha para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 059/2014 e 060/2014. **LEITURA DO EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA:** O Secretário Geral do TCM/PA, Sr. Robson Figueiredo do Carmo, proferiu a seguinte leitura em Plenário: "*PROCESSO Nº 201419213-00. O Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Gamá, Sr. Paulo Luís Rodrigues Nunes, encaminhou a essa Corte, fotocópias da Ata da 4ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo, realizada em 27/08/2014 e do ofício nº 159/2014 de 03.11.2014, que mantém, o dispositivo nas Resoluções nº 11.051, 11.052, 10.820, 10.953 e 10.882, deste Tribunal, que sugerem a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá, exercício financeiro de 1997, 1998, 2006, 2009 e 2001 respectivamente. As prestações de Contas dos exercícios financeiros: 1997, 1998, 2006 e 2009 são de responsabilidade do gestor Vildemar Rosa Fernandes e o exercício financeiro de 2001 de responsabilidade do ex-gestor Guilherme Antônio da Costa*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 320012011-00; Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu; Prestação de Contas - 2011 – Contas Anuais de Governo;** Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Igarapé-Açu a aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2011, de responsabilidade de Sandra Miki Uesugi Nogueira. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 320012011-00; Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu; Prestação de Contas - 2011 – Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**



41 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Igarapé-
42 Açu, exercício de 2011, com ressalva, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias,
43 de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições
44 retidas, na forma do Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA, com a expedição do Alvará de Quitação, no
45 valor de R\$-33.537.436,12 (trinta e três milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quatrocentos e
46 trinta e seis reais e doze centavos). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel
47 Lavareda, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
48 **430012010-00; Prefeitura Municipal de Maracanã; Prestação de Contas-2010 – Contas Anuais**
49 **de Governo; Responsável: Agnaldo Machado dos Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério**
50 **Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.**
51 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
52 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi
53 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
54 **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à
55 Câmara Municipal de Maracanã a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de
56 2010, de responsabilidade de Agnaldo Machado dos Santos, pelo descumprimento do Art. 77, III, §
57 3º do ADCT (gastos com saúde) e Arts. 19, III e 20, III, "b", da Lei Complementar nº 101/2000
58 (gastos com pessoal); cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por
59 ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro
60 José Carlos Araújo. **Processo nº 430012010-00; Prefeitura Municipal de Maracanã;**
61 **Prestação de Contas - 2010 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Agnaldo Machado dos Santos;**
62 **Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator**
63 **Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
64 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o
65 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
66 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O**
67 **Plenário, à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal
68 de Maracanã, exercício de 2010, com o recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de 30
69 (trinta) dias, devidamente atualizadas, das seguintes quantias: R\$-14.500,00 (quatorze mil e
70 quinhentos reais); pagamento a maior ao Prefeito e Vice-Prefeito; R\$-160.269,19 (cento e sessenta
71 mil, duzentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos); ausência de comprovantes de
72 despesas; ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: R\$-1.000,00 (hum mil
73 reais); atraso no envio da LOA e RREO's do 1º, 3º e 5º bimestres, nos termos do Art. 284, I do
74 RI/TCM; R\$-5.000,00 (cinco mil reais); pela realização de despesas sem o devido processo
75 licitatório, nos termos do Art. 57, I, "b" da Lei Complementar nº 84/12; cópia dos autos
76 encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara
77 Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 560012010-00; Prefeitura Municipal**
78 **de Peixe Boi; Prestação de Contas - 2010 – Contas Anuais de Governo; Responsável: Eliá Jaques**
79 **Rodrigues; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da**
80 **Silva; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério



Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Peixe-Boi a aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade de Élia Jaques Rodrigues. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 560012010-00; Prefeitura Municipal de Peixe Boi; Prestação de Contas - 2010 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Eliá Jaques Rodrigues; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Peixe-Boi, exercício de 2010, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-10.005.366,00 (dez milhões, cinco mil, trezentos e sessenta e seis reais). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 12: **Processo nº 201109892-00; Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém - APAE; Prestação de Contas do Convênio nº 011/2010, de 23.04.2010, celebrado com a FUNPAPA/PMB – 2011; Responsável: Emanuel Ó de Almeida Filho; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas com a expedição do Alvará de Quitação em favor de Emanuel Ó de Almeida Filho, relativamente ao emprego da importância de R\$-30.418,30 (trinta mil, quatrocentos e dezoito reais e trinta centavos), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 20: **Processo nº 201106575-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria – Portaria nº 01/2012, de 20.01.12; Interessada: Rosinete de Jesus Araújo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 22. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para composição de quorum no processo seguinte. **Processo nº 200917452-00; Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMOB/SEURB; Contratos Temporários firmados com Eneida Moreira Borges e outros; Interessado: Sérgio de Souza Pimentel; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Datas (Conselheira Mara Lúcia).** Cumprindo dispositivo regimental, o



Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: "pelo registro das Contratações Temporárias e seus respectivos aditivos, firmados entre a Secretaria Municipal de Urbanismo - SEMOB/SEURB e a Sra. Eneida Moreira Borges e Outros, após realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2009". **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhada pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pelo Conselheiro Daniel Lavareda, pelo Conselheiro Cezar Colares, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Auditor Alexandre Cunha. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro das Contratações Temporárias e seus respectivos aditivos, firmados entre a Secretaria Municipal de Urbanismo - SEMOB/SEURB e a Sra. Eneida Moreira Borges e Outros, após realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2009. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 07. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 20022010-00; Câmara Municipal de Acará; Prestação de Contas - 2010; Responsável: Nailza da Silva Nascimento; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas da Câmara Municipal de Acará, exercício 2010, de responsabilidade da Sra. Nailza da Silva Nascimento, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-1.547.402,29 (um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dois reais e vinte e nove centavos), após o recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar nº 084/2012, III, "b", pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. **Processo nº 140102003-00; Secretária de Economia do Município de Belém - SECON; Prestação de Contas - 2003; Responsável: Carlos Alberto Barroso Lobato; Instrução: Auditor Alcimar Lobato; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Retirado de pauta. **Processo nº 201105282-00 (130022004-00); Câmara Municipal de Barcarena; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 20.696 de 11.01.2011 (Prestação de Contas de 2004); Responsável: Luiz da Costa Leão; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão constante no Acórdão nº 20.696, de 11 de janeiro de 2011, inclusive quanto as multas imputadas que devem ser recolhidas em valores corrigidos monetariamente, considerando que até a presente data não foram apresentados a este Tribunal os comprovantes de recolhimento. **Processo nº 201405335-00; Prefeitura Municipal de Marabá;**



161 Tomada de Contas – 2012 – Terceiro quadrimestre do exercício de 2012; Responsável: Maurino
162 Magalhães de Lima; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros;
163 Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
164 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela responsabilização do Ordenador pelo
165 valor atualizado do débito, emissão de medida cautelar de indisponibilidade de bens, bem como o
166 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
167 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO, em preliminar**. A Presidência proclamou a
168 **Decisão**. O Plenário, **à unanimidade**, decidiu em cautelar, com fundamento no Art. 74, I, da Lei
169 Complementar Estadual nº 084/2012, tornar indisponíveis durante um ano, os bens do Sr. Maurino
170 Magalhães de Lima, em tanto quanto bastem para garantir a importância de R\$-24.085.504,44
171 (vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e quatro reais e quarenta e quatro
172 centavos), referente aos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Marabá, durante o 3º
173 quadrimestre do exercício 2012, para os quais não foi apresentada a respectiva prestação de contas;
174 cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual, bem como à Câmara Municipal de
175 Marabá para conhecimento. Em seguida, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO, de mérito**: pela
176 responsabilização do Sr. Maurino Magalhães de Lima, ex-Prefeito Municipal de Marabá, que deverá
177 recolher aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, devidamente corrigido, o valor
178 de R\$-24.085.504,44 (vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e quatro reais e
179 quarenta e quatro centavos), referente aos recursos repassados à Prefeitura do referido Município
180 durante o 3º quadrimestre do exercício 2012, para os quais não houve prestação de contas; R\$-
181 240.855,04 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos),
182 correspondente a multa de 1% sobre o dano causado ao Erário, com fundamento no Art. 58 da Lei
183 Complementar Estadual nº 84/2012; ao FUMREAP: R\$-10.000,00 (dez mil reais), com base no Art.
184 284, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal, pela não remessa da prestação de contas do 3º
185 quadrimestre do exercício 2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual.
186 **Processo nº 145992013-00; Ouvidoria Geral do Município de Belém; Prestação de contas –**
187 **2013 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Antônio Alberto Taveira dos Santos (01/01 a 31/01)**
188 **e Eliana de Nazaré Chaves Uchôa (01/02 a 31/12); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:**
189 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo
190 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
191 pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
192 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
193 aprovação das contas da Ouvidoria Geral do Município de Belém, exercício de 2013, com expedição
194 do Alvará de Quitação nos valores de R\$-38.625,33 (trinta e oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais
195 e trinta e três centavos) e R\$-875.348,59 (oitocentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e
196 oito reais e cinquenta e nove centavos). Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento
197 do processo de nº 01 do Aditamento. Às dez horas e dez minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu
198 a Presidência da Sessão: **Processo nº 201412187-00; Fundo Municipal de Educação de**
199 **Tucumã; Outros 2014 – Consulta sobre aquisição de veículo automotor com verbas do FUNDEB;**
200 **Responsável: Maria da Conceição Rocha Leão; Auditor convocado para apresentar proposta de**



201 Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo
202 regimental o Auditor Alexandre Cunha Pessoa procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada
203 **em discussão.** Em seguida, o Auditor apresentou sua proposta de Decisão com a resposta a
204 consulta para deliberação Plenária. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os
205 termos da proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio
206 Chaves, pelo Conselheiro Daniel Lavareda, pelo Conselheiro Antonio José e pela Conselheira Mara
207 Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a minuta
208 de Resolução apresentada, nos termos constantes no voto. Ausência, por ocasião de votação, do
209 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201408481-00; Entidade Não Codificada; Outros**
210 **2014 – Admissibilidade da Denúncia em desfavor do Vice Prefeito de Tucumã Sr. Wanderley Dias**
211 **Vieira; Responsável: Carlos Evandro Nogueira Ozório; Auditor convocado para apresentar proposta**
212 **de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo).** Cumprindo dispositivo
213 regimental, o Auditor apresentou ao Plenário sua proposta de **Decisão:** “*pelo conhecimento da*
214 *presente Denúncia*”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta
215 de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pelo Conselheiro
216 Daniel Lavareda, pela Conselheira Mara Lúcia e Conselheiro Antonio José. A Presidência proclamou a
217 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela admissibilidade da presente Denúncia, no
218 termos do voto do Relator. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em
219 seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a Presidência da Sessão. **Processo nº**
220 **201317897-00; Associação Carnavalesca Cacareco; Prestação de Contas do Convênio nº**
221 **027/2013, celebrado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Marcos Benício Martins da Silva; Instrução:**
222 **1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio**
223 **Leão. Retirado de pauta. Processo nº 201321776-00; Associação das Mulheres Unificadas**
224 **de Belém e Região Metropolitana; Prestação de Contas do Convênio nº 051/2013, celebrado**
225 **com a FUMBEL/PMB; Responsável: Adair Cristina Freitas dos Santos; Instrução: 1ª Controladoria;**
226 **Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado**
227 **de pauta. Processo nº 201306572-00; Liga dos Blocos e Escolas de Samba de Icoaraci -**
228 **LIBESI; Prestação de Contas do Convênio nº 005/2013, celebrado com a FUMBEL/PMB;**
229 **Responsável: Roberto de Souza Macedo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:**
230 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta. Processo**
231 **nº 201318870-00; Liga Carnavalesca e Cultural da Ilha de Cotijuba; Prestação de Contas**
232 **do Convênio nº 021/2013, celebrado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Sérgio dos Anjos Santana;**
233 **Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro**
234 **Sérgio Leão. Retirado de pauta. Processo nº 201400900-00; Grêmio Recreativo Cultural e**
235 **Escola de Samba Aquarela Brasileira; Prestação de Contas do Convênio nº 038/2013, celebrado**
236 **com a FUMBEL/PMB; Responsável: José de Lima Pacheco; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério**
237 **Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta.**
238 **Processo nº 20004649-00; Fundação Criança Feliz; Prestação de Contas do Convênio nº**
239 **001/2008, celebrado com a SEMEC/PMB; Responsável: Nilda Maria Paula Neves; Instrução: 1ª**
240 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator:**



241 Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta. **Processo nº 200912429-00; Centro Comunitário**
242 **São Francisco de Assis;** Prestação de Contas do Convênio nº 032/2013, celebrado com a
243 SEMEC/PMB; Responsável: Maria José Simões; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:
244 Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta.
245 **Processo nº 201205087-00; IPAMB/PMB;** Pensão – Portaria nº 0230/12, de 27.02.12 –
246 Revisão de Proventos; Responsável: Geraldo Medeiros Leite; Ministério Público: Procuradora Maria
247 Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta. **MATÉRIA**
248 **ADMINISTRATIVA.** O Conselheiro José Carlos Araújo submeteu ao Plenário a alteração dos
249 Artigos do RI/TCM/Pa, referente a distribuição quadrienal. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio
250 Chaves, a Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José votaram
251 favoravelmente a aprovação do Ato. O Conselheiro José Carlos Araújo votou contra a aprovação do
252 Ato. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela aprovação do Ato.
253 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **DISTRIBUIÇÃO DE**
254 **PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**
255 **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
256 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quatro de dezembro
257 de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão